



CADERNO ESPECIAL

SEGURO AGRÍCOLA

Ferramenta para gestão de riscos

Vital para o desenvolvimento equilibrado do agronegócio, o seguro agrícola reduz as perdas causadas por eventos incontrolláveis e é um indutor de tecnologia no campo

APRESENTAÇÃO

Alianças para a força do seguro agrícola no Brasil



Os múltiplos riscos naturais que ameaçam as atividades agrícolas exigem o emprego de instrumentos para minimizar os impactos de eventos adversos. O seguro rural é vital para o desenvolvimento mais equilibrado do agronegócio, cuja magnitude econômica e social é expressiva no país.

O ramo de seguros rurais contempla uma série de modalidades: agrícola, pecuário, aquícola, florestal, penhor rural, benfeitorias e produtos agropecuários, seguro de vida do produtor rural e seguro da Cédula de Produto Rural – CPR.

Nesta publicação especial, trataremos especificamente do seguro rural na modalidade agrícola, considerado a grande ferramenta para reduzir as perdas e os danos causados às lavouras por fenômenos meteorológicos incontrolláveis, além de importante indutor de novas tecnologias.

Quando se compara o Brasil a outros países agrícolas do mundo, fica claro e até surpreende o pequeno desenvolvimento do seguro agrícola por aqui. Embora haja um grande potencial a ser explorado, é necessário todo um esforço conjunto das áreas governamental, acadêmica e privada. Nesta direção, este cader-

no também pretende contribuir para o desenvolvimento de uma visão analítica do seguro agrícola no Brasil, mostrando de forma ampla a situação atual do setor no País e de suas perspectivas.

A Aliança do Brasil, criada em junho 1997, é uma das seguradoras mais atuantes do setor e líder em seguros rurais. Além disso, é a principal contribuinte do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR) criado pelo Governo Federal para garantir o equilíbrio das operações agrícolas no País e atender à cobertura dos riscos de catástrofe, inerentes à atividade agrícola.

Para o presidente da Companhia, Jaime Kalsing, esse envolvimento é fundamental para a ampliação do negócio. “A Aliança do Brasil acredita no potencial do setor agrícola para a economia do País. Pensando nisso, desenvolvemos um produto de acordo com as necessidades do produtor e que seja viável do ponto de vista econômico para a seguradora”.

A força do seguro agrícola no Brasil depende da parceria entre governo, seguradoras, resseguradores, agentes financeiros e produtores, em busca do modelo ideal de proteção para as lavouras.

OPORTUNIDADES

Aumento da competitividade agrícola requer segurança

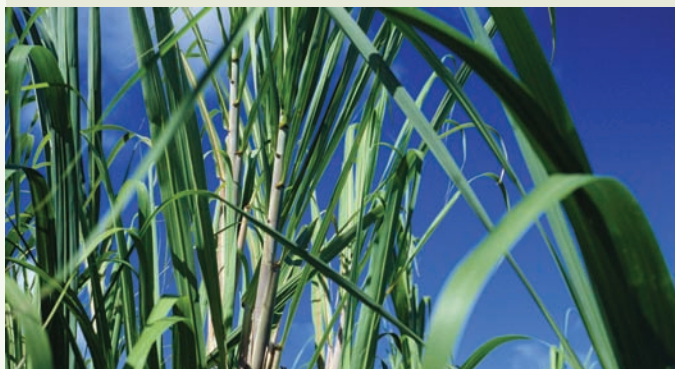
Qualquer agricultor que tenha tomado empréstimo e tenha sua plantação destruída pela tempestade ou seca, nada precisará pagar aos credores e seus débitos serão cancelados. Artigo 48 do Código de Hamurabi (Mesopotâmia, 1750 AC)

O seguro agrícola, apoiado por subsídio governamental, é imprescindível ao aumento da competitividade das lavouras, pois reduz o custo da atividade para os produtores e melhora a administração das propriedades. Seu princípio básico é o gerenciamento do risco, pela adoção eficiente do calendário agrícola, rotação de culturas, diversificação produtiva e outros meios para aumentar a eficiência produtiva e efeito positivo na renda dos produtores rurais.

Um seguro agrícola eficiente pode ser a solução para a frustração de safra de muitos mutuários, reduzindo-se a necessidade de renegociação de suas dívidas. De um lado, ganharia o produtor, por transferir o risco às seguradoras; de outro, o governo, por reduzir o volume de recursos necessários à renegociação das dívidas.

As vantagens do seguro

- Estimula investimentos
- Viabiliza tecnologia moderna
- Facilita financiamento
- Facilita difusão de mecanismos de hedge
- Protege a renda do produtor
- Evita a descapitalização do segurado



Obstáculos

Embora haja um consenso entre produtores, seguradoras, governo e parlamentares sobre a necessidade de se implantar um sistema de seguro subsidiado no País, existem restrições que dificultam sua rápida implantação, tais como:

Aporte de recursos

É preciso uma definição clara da participação do governo na alocação de recursos para garantir liquidez às seguradoras nos casos dos riscos catastróficos. Com o incentivo ao seguro agrícola, o volume segurado aumentará e exigirá a elevação de recursos no Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR) para dar tranquilidade ao mercado segurador e motivar a entrada das seguradoras privadas no segmento.

Subsídio do prêmio do seguro agrícola

A principal maneira utilizada pelos países para incentivar a adesão dos produtores ao seguro agrícola é por meio da redução do prêmio do seguro ao produtor mediante subvenção.

O seguro é um instrumento complementar de política agrícola, no qual o MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) atua como o principal agente, para, juntamente com os produtores, as seguradoras privadas e os resseguradores, adequar o produto às necessidades do campo e da política governamental.

Estrutura operacional

Para coordenar as ações de implantação das modalidades de seguro a serem subsidiadas, é fundamental realizar um planejamento juntamente com os produtores e as seguradoras privadas, estabelecendo os montantes de subvenção, coberturas, produtos e regiões amparadas, além de outras informações necessárias à operacionalização do sistema.

Ao final de cada ciclo agrícola, as seguradoras privadas e o ressegurador fazem uma análise dos resultados obtidos e propõem, se for o caso, a inclusão de novas culturas a serem seguradas, bem como a extensão de áreas seguradas.

O montante da subvenção será definido pelo MAPA tão logo as seguradoras possam apresentar as aprovações na Susep e no IRB.

Modalidades subsidiadas

No Brasil, deve haver consenso entre governo, seguradoras, resseguradores, agentes financeiros e produtores a respeito das modalidades de seguro a serem amparadas pela política governamental. Uma vez definidas as modalidades, com os prêmios e subvenções, a apólice será comercializada pelas seguradoras privadas.

CUSTO X RISCO

Como viabilizar o mercado

Em todo o mundo, o seguro rural é um dos instrumentos mais importantes de política agrícola. Uma das modalidades do seguro rural é o seguro agrícola, que permite ao produtor proteger-se de perdas decorrentes de fenômenos climáticos adversos. Além disso, a estabilidade de renda dos produtores é indispensável à geração de empregos no campo e ao desenvolvimento tecnológico rural.

A eficácia da política agrícola adotada pelas seguradoras privadas depende do equilíbrio entre custo e risco. Uma relação desbalanceada poderá aumentar o risco geral do setor e diminuir a eficiência da atividade produtiva. A seguir você confere as principais dificuldades do mercado e algumas soluções para viabilizá-lo.

Soares de Almeida, a subvenção será um incentivo importante. “Em 2005, o seguro agrícola obteve R\$ 24 milhões em prêmios e a expectativa para esse ano é alcançar R\$ 130 milhões”, afirmou. “Precisamos de saltos como esse para consolidar a atividade”.

Para o diretor, um dos grandes obstáculos para o desenvolvimento do seguro agrícola no País é cultural. “Ao comprar um carro, por exemplo, o dono automaticamente pensa na contratação do seguro. Não há esse hábito entre os produtores rurais”, disse.

Além do subsídio, o Governo Federal fechou uma parceria com a Federação Nacional das Seguradoras (Fenaseg) e Governo Federal investiram na capacitação de técnicos que já atuam no mercado de regulação de sinistros. Profissionais mexicanos

Ameaças ao Seguro Agrícola

- Atualmente não é um produto massificado;
- Dificilmente penetra em regiões de baixo coeficiente de variação, que indica menor risco;
- Possui seleção adversa, o que significa ser procurado por produtores com risco certo;
- Concentra-se em áreas de coeficiente de variação alto, que indica alto risco;
- Possui taxas médias elevadas;
- Sua capacidade de resseguro é insuficiente;
- Atualmente o Fundo de Estabilidade do Seguro Rural não tem recursos para atender os produtores em caso de catástrofe;
- Os dados estatísticos e históricos não são confiáveis;
- Trata-se de um produto muito complexo;
- Sua operacionalização envolve altos custos difíceis de controlar;
- Falta mão-de-obra qualificada para a regulação de sinistros;
- Suas vendas são pouco capilarizadas;
- Há a falsa idéia de que o produto é caro.

Medidas para Viabilizar o Mercado

- É necessário massificar sua comercialização;
- Colocar fim à seleção adversa, para equilibrar o risco;
- Proliferar novas estações meteorológicas;
- Ampliar o quadro de profissionais qualificados;
- Atuar na divulgação do produto;
- Apoio do Governo Federal em ações estratégicas, como o subsídio aos prêmios (nos níveis municipal, estadual e federal);
- Aumentar a capacidade de resseguro;
- Criar o Fundo de Catástrofe;
- Criar um banco de dados único;
- Conceder rebate nos juros controlados para os produtores que contratarem o seguro agrícola, reduzindo a alíquota de 8,5% para 7%.

Algumas das medidas sugeridas já vêm sendo tomadas pelo Governo Federal. Recentemente, foram aprovados R\$ 61 milhões em subsídios para o seguro agrícola e a perspectiva é triplicar as vendas neste ano. Para o diretor do Departamento de Gestão de Risco Rural do Ministério da Agricultura, Wellington

ministraram cursos nas principais escolas de agricultura do País. Além de profissionais da área, professores universitários também participaram do processo. O objetivo é que disciplinas técnicas e relacionadas ao seguro rural sejam inseridas nos currículos dos cursos do setor.

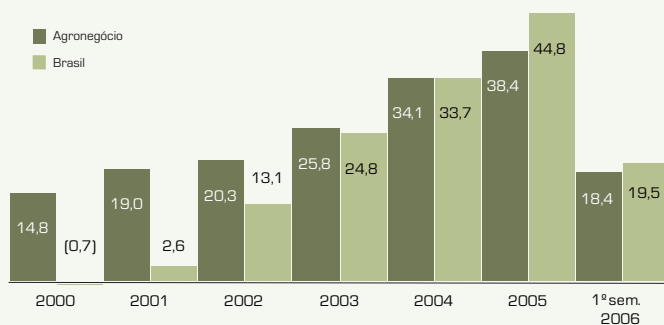
FOMENTO

O papel do Banco do Brasil no desenvolvimento do agronegócio

O agronegócio é um dos principais setores da economia brasileira, fundamental para o crescimento do País. O Banco do Brasil representa um elo entre o governo e o produtor rural, atuando como o maior financiador do agronegócio brasileiro em todos os segmentos e etapas da cadeia produtiva, do pequeno produtor às grandes empresas agro-industriais.

O saldo da balança comercial brasileira tem sido elevado pela contribuição positiva do agronegócio. O setor gerou US\$ 18,4 bilhões de superávit no primeiro semestre de 2006, crescimento de 4% em relação ao mesmo período de 2005.

Balança Comercial (em US\$ bilhões)



Fonte: MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

A tabela a seguir mostra as exportações abertas pelos principais produtos:

A performance positiva do setor nos últimos anos se deve à busca de novas tecnologias e à valorização dos serviços prestados pelos profissionais da área, sempre visando à rentabilidade e à continuidade dos empreendimentos.

Desde 2005, fatores adversos implicaram forte redução na renda dos produtores rurais. Dentre eles estão problemas climáticos em algumas regiões, a baixa cotação no preço das *commodities*, além da valorização do real frente ao dólar.

A estimativa para a safra agrícola 2005/2006, segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), é de que a produção alcance 123,8 milhões de toneladas, 9,2% superior ao registrado na safra anterior.

Com relação à distribuição das operações de agronegócios por região do país em junho de 2006, verifica-se que 90,4% estão concentradas nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

O crédito rural financia a produção e a comercialização de produtos agropecuários e estimula os investimentos rurais, incluindo armazenamento, beneficiamento e industrialização. Além disso, incentiva a introdução de métodos racionais no sistema de produção.

A Carteira de Crédito de Agronegócios do BB cresceu 23,4% de junho de 2005 a junho de 2006, e 7,2% em relação a março de 2006, encerrando o primeiro semestre de 2006 com o saldo de R\$ 39,7 bilhões. A carteira de crédito do agronegócio do Banco é a primeira

Tabela 1 Exportações (em US\$ milhões)

	2002	2003	2004	2005	1º sem. 2006
Complexo de soja	6.009	8.125	10.048	9.477	4.238
Carnes	2.751	3.641	6.144	8.066	3.765
Açúcar e álcool	2.263	2.298	3.138	4.684	2.524
Madeira e suas obras	2.214	2.620	3.781	3.792	1.825
Papel e celulose	2.056	2.831	2.909	3.405	1.950
Couros, peles e calçados	2.341	2.465	2.897	3.069	1.659
Café, chá-mate e especiarias	1.331	1.424	1.892	2.669	1.302
Fumo e tabaco	1.008	1.090	1.426	1.707	739
Sucos de frutas	1.134	1.292	1.194	1.245	715
Demais produtos	3.732	4.852	5.587	5.487	2.641
Total	24.839	30.639	39.016	43.601	21.358

Fonte: MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento



no ranking das instituições financeiras integrantes do SNCR (Sistema Nacional de Crédito Rural) com participação de 56,5%.

As operações de custeio e comercialização, destinadas ao financiamento de bens e serviços necessários à produção agrícola e pecuária, respondem por 53,6% da Carteira de Agronegócios. As operações de investimento, destinadas à modernização da atividade produtiva, representaram 42,5% dessa carteira e têm um prazo médio de quatro anos.

Os recursos disponibilizados pelo Banco são obtidos por meio dos depósitos de poupança, depósitos à vista, Programa de Geração de Emprego e Renda da Área Rural (Proger Rural), Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FCO), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), entre outros.

O Proger oferece crédito fixo para custeio agrícola e pecuário, além de suporte financeiro para investimentos fixos e semi-fixos; e o Pronaf visa ao financiamento do custeio da atividade agrícola. Os dois programas totalizaram R\$ 9,75 bilhões ao final de junho de 2006, crescimento de 25,4% em relação ao mesmo período do ano anterior.

O FCO Rural oferece suplemento financeiro para custeio e investimento para o produtor rural da Região Centro-Oeste. As operações desse produto cresceram 9,9% nos últimos 12 meses e 3,1% em relação a março de 2006, totalizando R\$ 3,47 bilhões em junho de 2006.

Tabela 2 Carteira de crédito de agronegócios por região



Tabela 3 Carteira de Crédito de Agronegócios por Item Financiado (em R\$ milhões)

Itens Financiados	Jun/05	Part. (em %)	Mar/06	Part. (em %)	Jun/06	Part. (em %)	Variação percentual	
							Sobre Jun/05	Sobre Mar/06
Soja	4.365	13,6	4.565	12,3	4.512	11,3	3,4	(1,2)
Bovinocultura	3.456	10,7	4.136	11,2	4.492	11,3	30,0	8,6
Milho	2.976	9,3	2.820	7,6	2.977	7,5	0,0	5,6
Máquinas e Equipamentos	3.033	9,4	1.178	3,2	1.274	3,2	(58,0)	8,2
Arroz	1.211	3,8	947	2,6	1.080	2,7	(10,8)	14,0
Algodão	1.015	3,2	787	2,1	789	2,0	(22,2)	0,3
Fertilizantes e Defensivos	775	2,4	688	1,9	652	1,6	(15,8)	(5,2)
Café	680	2,1	701	1,9	789	2,0	16,1	12,6
Trigo	646	2,0	367	1,0	534	1,3	(17,4)	45,2
Cana	324	1,0	484	1,3	853	2,1	163,3	76,2
Mandioca	391	1,2	392	1,1	401	1,0	2,5	2,3
Avicultura	486	1,5	430	1,2	447	1,1	(8,1)	3,9
Suínocultura	284	0,9	359	1,0	451	1,1	59,0	25,6
Fumo	270	0,8	265	0,7	164	0,4	(39,3)	(38,2)
Outros	12.259	38	18.934	51,1	20.498	51,4	65,5	7,2
Total	32.171	100,0	37.052	100,0	39.914	100,0	23,4	7,2

Tabela 4 Recursos Liberados na Safra 05/06 por Segmento

	Quantidade de Contratos	Quantidade de Contratos (em %)	Valor Contratado (em R\$ milhões)	Valor Contratado (em %)
Mini	494.479	37,7	1.785	7,9
Pequeno	560.872	42,7	3.868	17,1
Médio e Grande	255.958	19,5	15.557	68,9
Cooperativas	926	0,1	1.370	6,1
Total	1.312.235	100,0	22.580	100

A modalidade de financiamento BNDES/Finame Rural tem como objetivo arcar com os investimentos em modernização de máquinas e equipamentos destinados à produção rural. Suas operações totalizaram R\$ 4,09 bilhões ao final de junho de 2006, um crescimento de 10,7% em relação a junho de 2005 e de 1,7% em relação a março de 2006.

A tabela 3 detalha o saldo das operações de crédito destinadas ao agronegócio por item financiado.

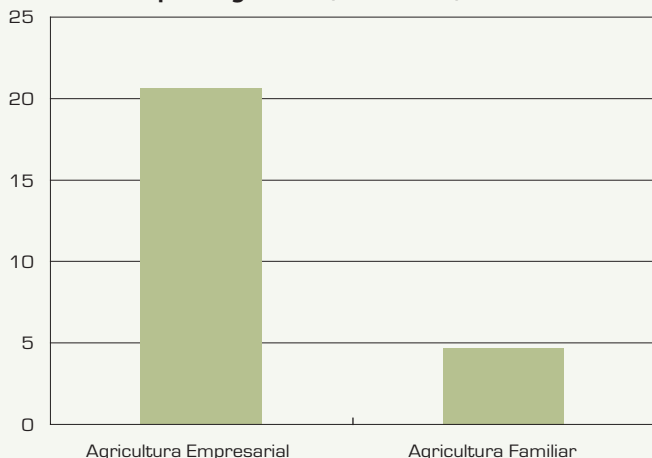
A tabela 4 revela a ampla atuação do Banco do Brasil, mostrando que enquanto o financiamento aos mini e pequenos pro-

dutores responde por 80,4% do total de contratos, as operações com os demais agentes apresentam 75% de participação no valor financiado.

Principais Produtos e Serviços

Integração Rural

Desde 2005, está disponível o novo modelo para condução de operações de crédito para investimento, amparadas em Convênios de Integração – BB Convir, que totalizaram cerca de R\$ 1,4

Desembolso por Segmento (R\$ bilhões)

bilhão ao final de 2005. A nova sistemática objetiva a otimização dos processos de negociação e operacional, a maior rapidez no atendimento aos integrados, tornando o Banco mais competitivo frente à concorrência.

CPR

Os negócios do BB com Cédulas de Produto Rural (CPR) alcançaram R\$ 4,5 bilhões em volume contratado em 2005, tendo sido realizadas mais de 60 mil operações com produtores e cooperativas.

Investimentos

O apoio do Banco do Brasil aos investimentos na agropecuária alcançou volume de R\$ 4,1 bilhões em 2005. Somente nas operações com recursos repassados pelo BNDES/Finame foram

desembolsados R\$ 1,1 bilhão. Esse repasse garantiu a manutenção do BB como líder entre os agentes credenciados Moderfrota, Moderinfra, Moderagro, Prodeagro, Prodefruta, Propflora e linha de financiamento especial da Finame.

As linhas do FCO tiveram incremento de recursos da ordem de 30%, alcançando no ano a cifra de R\$ 1 bilhão.

Operações Estruturadas – Projeto Agribusiness

O Projeto *Agribusiness* conta com estruturas de negociação que envolvem produtos e serviços como CPR, Pré-Pagamento, Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC) e Adiantamento de Cambiais Entregues (ACE), Mercados Futuros e de Opções. Em 2005, o projeto foi aprimorado a fim de envolver toda a cadeia do agronegócio, rentabilizar as operações e reduzir o risco e o impacto no limite de crédito dos intervenientes. A utilização dessas estruturas possibilitou ao Banco intensificar a sua participação no setor, com um incremento de R\$ 1 bilhão em convênios firmados e negócios efetivamente realizados.

Pronaf

Por meio do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf), foram disponibilizados R\$ 4,6 bilhões, representando crescimento de 25,3% em relação ao ano anterior. Mais de um milhão de mini e pequenos produtores beneficiaram-se com esses créditos.

Os financiamentos destinados a investimentos alcançaram R\$ 1,5 bilhão em novos recursos para as atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares, representando crescimento de 25 % em relação ao ano de 2004.

Mercados Futuros e de Opções

O Banco do Brasil vem trabalhando fortemente na comercialização de derivativos agropecuários como instrumentos de proteção de preços (*hedge*) para os agentes do agronegócio e de mitigação de risco das carteiras rural e agroindustrial do Banco. As operações de contratos futuros e de opções que propiciaram a proteção de preço de *commodities* agropecuárias, cursadas por intermédio do BB, atingiram 12.145 contratos em 2005, registrando crescimento de 21% em relação a 2004.

BB Revenda Conveniada

Na aquisição de máquinas e implementos agrícolas, o Banco do Brasil lançou modalidade de convênio que estabelece parceria com as empresas que fabricam e/ou comercializam máquinas, equipamentos, implementos e insumos agropecuários. Trata-se do BB Revenda Conveniada, que tem como finalidade criar mecanismos facilitadores para o atendimento aos clientes, semelhante ao que ocorre nos financiamentos realizados pelos bancos de montadoras. Um dos diferenciais desse convênio é o acompanhamento *on-line* das operações nos seus vários estágios de análise, tanto pela empresa quanto pelo cliente, por meio do site www.agronegocios-e.com



BB GPA - PROGRAMA DE GARANTIA DE PREÇOS AGROPECUÁRIOS DO BANCO DO BRASIL

O agronegócio brasileiro ganhou destaque entre os países produtores, pelos seus sucessivos recordes de produtividade e de produção obtidos nos últimos anos e pelo potencial de ampliação de suas fronteiras agrícolas, que projetam o país como exportador mundial de commodities.

É fator determinante dessa posição, o desempenho do produtor que conhece como ninguém as necessidades e técnicas do processo produtivo.

Contudo, empregar tecnologia de ponta e produzir bem não é o suficiente para assegurar uma boa rentabilidade na safra. Paralelamente ao processo produtivo e de comercialização, ocorrem fatores de mercado que podem comprometer a eficiência obtida no campo, especialmente em relação às oscilações dos preços dos produtos ao longo dos ciclos produtivos.

Historicamente, o produtor atribui o sucesso do ano safra à obtenção de uma boa produção. É fato que um armazém cheio ao final da colheita proporciona maior possibilidade de lucro. Entretanto, os movimentos de oferta e demanda em âmbito mundial e as variações cambiais possíveis tornam incerto o resultado financeiro da safra.

Nesse contexto, surge a necessidade de adoção de mecanismos de proteção que permitam mitigar os riscos de produção, de oscilações de preços e de moedas. Os instrumentos que propiciam a diminuição desses riscos são representados pelo seguro agrícola, pelos derivativos agropecuários e pelos derivativos financeiros, respectivamente.

O mercado segurador, embora ainda parcial na proteção da produção, evoluiu bastante nos últimos anos. Já os derivativos disponíveis nas bolsas de mercadorias e futuros abrangem as principais commodities, por intermédio de contratos futuros, contratos de opções, contratos a termo e swaps, entre outros.

Nos Mercados Futuros e de Opções os agentes das cadeias produtivas encontram os instrumentos adequados para a gestão profissional da comercialização dos seus produtos.

Com o emprego desses instrumentos, o produtor pode fixar o preço de venda de sua safra muito antes da colheita e a agroindústria ou processador pode também assegurar o preço de compra de suas matérias-primas antes de sua efetiva aquisição, minimizando inclusive os riscos das variações cambiais.

A certeza de obter lucro antes do plantio, em uma negociação transparente propiciada pela formação do preço no pregão da bolsa, permite ao produtor rural planejar melhor o seu fluxo de caixa para desenvolvimento da atividade agropecuária.

O Banco do Brasil, atento a essas necessidades, como responsável pela maior carteira de agronegócio do país, vem investindo fortemente na disseminação junto ao meio rural do conceito de proteção e de transferência dos riscos da atividade para os mercados, por intermédio desses instrumentos.

Para isso, o Banco desenvolveu e institucionalizou o BB GPA - Programa de Garantia de Preços Agropecuários do Banco do

Brasil, que consiste na sistematização dos instrumentos mitigadores de riscos existentes no mercado e na disponibilização de linhas de crédito específicas para financiar os custos decorrentes das operações de proteção, como forma de viabilizar a seus clientes acesso aos mercados derivativos.

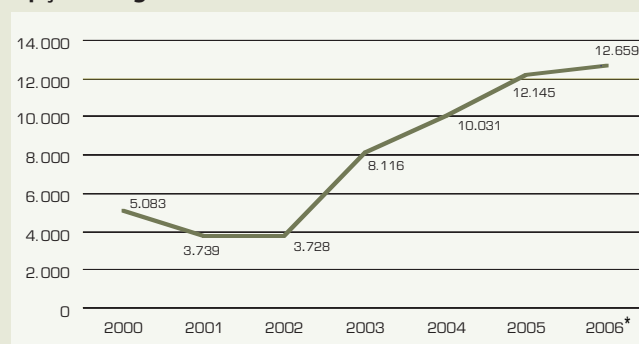
Ao mesmo tempo, o BB GPA contém estruturas operacionais que proporcionam a conjugação desses instrumentos com as operações de crédito demandadas pelos agentes, tais como: Crédito Rural de custeio, investimento, estocagem e comercialização, Capital de Giro, CPR e, também, Contratos de Venda Antecipada, entre outras operações de composição de capital.

Nessas estruturas, o Programa contempla um bloco de modelos de parcerias com cooperativas e agroindústrias, formalizadas por meio de convênios estratégico-negociais, com o objetivo de compartilhar ações que promovam a expansão do uso dos derivativos agropecuários e a integração dos agentes das cadeias de valores do agronegócio, para geração de operações comerciais e financeiras com riscos mitigados.

O BB GPA dispõe também de um módulo de treinamento e capacitação, com o qual o Banco promove a disseminação dos conceitos e práticas dos mercados derivativos para seus funcionários e clientes, em oficinas realizadas regionalmente. Para os parceiros conveniados, o módulo tem uma formatação diferenciada que abrange a formação de multiplicadores e o intercâmbio operacional.

A disseminação interna e externa desses mecanismos pelo BB, tem propiciado uma evolução gradativa e consistente do uso dos mitigadores de risco pelos clientes do agronegócio:

Evolução dos Contratos Futuros e Opções Negociados no BB



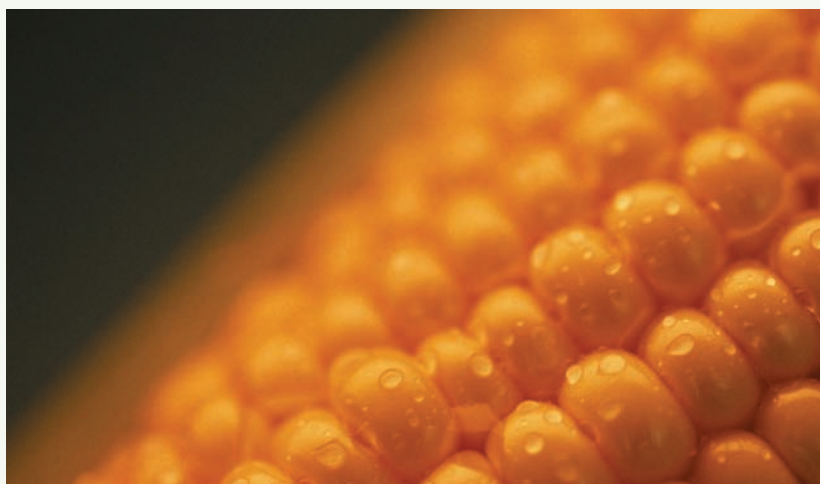
Com esse conjunto de ações, o Banco do Brasil amplia o apoio ao agronegócio brasileiro, na medida em que os conceitos do Programa BB GPA sejam colocados em prática e incorporados ao processo de financiamento da produção, em consonância com a política do Governo Federal de priorização e estímulo ao crescimento do setor, com qualidade e estabilidade.

SUPORTE

Perspectivas para o resseguro no âmbito do seguro agrícola

* Helio Abrantes

Devido às suas características, o seguro agrícola está sujeito a eventos de natureza catastrófica, que podem trazer grandes perdas financeiras às seguradoras. Diante dessa realidade, o apoio do resseguro torna-se indispensável, tanto em termos de capacidade financeira quanto nas atividades de suporte técnico, destacados o auxílio no desenvolvimento de condições de cobertura, as culturas viáveis para fins de seguro e a elaboração de estudos atuariais para fixação do preço a ser pago pelo produtor rural, levando-se em conta a sua opção de nível de produtividade a ser garantido. O resseguro nesse segmento responde, em média, por 90% das responsabilidades assumidas pelas seguradoras.



LINHA DO TEMPO

Evolução do seguro agrícola no Brasil

1954

- Lei nº 2168, de 11 de janeiro, cria o Seguro Agrário e é estabelecida a regulamentação que o regerá

1965

- Lei nº 4829
- O Seguro Agrícola é regulamentado
- Institucionalização do Crédito Rural

1966

- É criado o Fundo de Estabilidade de Seguro Rural (FESR), pelo Decreto Lei 73

1969

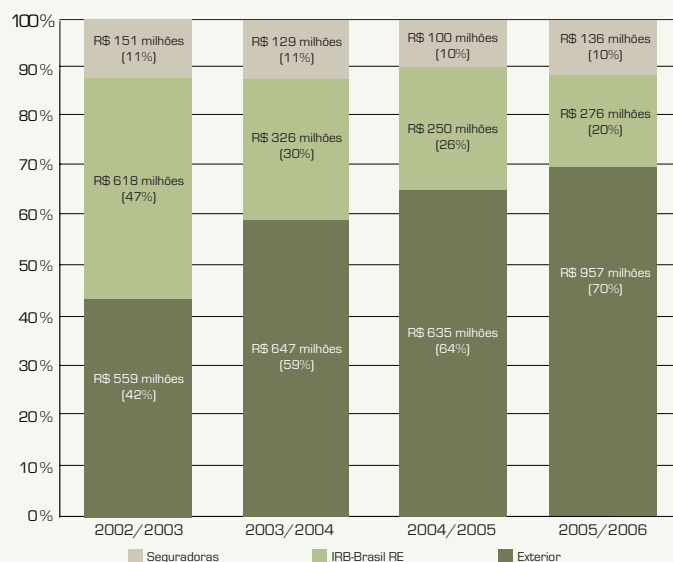
- Entra em operação a Companhia de Seguros do Estado de São Paulo (Cosesp)

No Brasil, o modelo de monopólio vigente não traz obstáculos à atuação dos resseguradores estrangeiros, na medida em que o resseguro é disponibilizado pelo IRB-Brasil Re, oferecendo capacidade ao mercado segurador nacional e negociando a transferência de parte das responsabilidades assumidas ao mercado internacional de resseguro. Em muitas situações, o IRB-Brasil Re atua também como seguidor nos produtos desenvolvidos em parcerias diretas entre os resseguradores estrangeiros e as seguradoras, servindo como agente indutor do desenvolvimento do seguro agrícola em nosso país.

De fato, os resseguradores internacionais estão ampliando gradativamente sua atuação no seguro agrícola comercializado no Brasil, como observado nas capacidades concedidas nos últimos ciclos:

Para este ciclo 2006/2007, a capacidade concedida pelo resseguro será duplicada em relação ao último ciclo (2005/2006), atingindo cerca de R\$ 3 bilhões, como reflexo direto do programa de subvenção ao prêmio de seguro rural, implementado pelo Governo Federal como forma de estimular a adesão dos produtores rurais a essa modalidade. Isso incrementará significativamente a arrecadação da carteira, contribuindo para sua massificação e pulverização geográfica. Tal prática, além de reduzir os gastos dos produtores com a compra de cobertura de seguro, constituirá fator de estímulo às seguradoras privadas para participar do processo, na medida em que poderão adotar

Capacidades concedidas ao seguro agrícola (Participações)



taxas efetivas de risco, segundo as características de cada cultura objeto de seguro e de sua região de implantação.

* Gerente de Seguros de Governo do IRB-Brasil Re

1994

- Lei nº 8.929, que institui a Cédula do Produto Rural (CPR)

2002

- É aprovada a subvenção econômica estadual ao prêmio de seguro do Estado de São Paulo

2003

- Entra em vigor a Lei 10.823, que determina a Subvenção Econômica Federal ao Prêmio de Seguro Rural

2006

- Aprovação das novas culturas e modalidades de seguros a serem contempladas com o benefício da subvenção

PERSPECTIVAS

Seguro Agrícola no Brasil: certeza de dias melhores

Por Wady J. M. Cury*

O seguro agrícola é um importante instrumento de estabilidade do setor e de suma relevância para o desenvolvimento de países em que a agricultura tem papel de destaque na economia. É o caso do Brasil que, em razão da expressão econômica do setor, de sua extensão territorial e das condições climáticas diversificadas, continua a merecer atenção especial do governo para o aprimoramento deste instrumento, que é um dos meios mais eficientes de estabilização da economia rural.

O agronegócio representou, em 2005, 28,8% do PIB (US\$ 221,9 bilhões) e 36,9% das exportações (US\$ 43,6 bilhões). Além disso, gerou um *superávit* na balança comercial de US\$ 38,4 bilhões. No entanto, os prêmios do seguro agrícola não foram superiores a US\$ 13 milhões, representando apenas 0,002% do PIB, e 0,08% dos US\$ 15,3 dos prêmios arrecadados pela indústria de seguros, o que demonstra um enorme potencial de crescimento para esse ramo.

O governo vem tomando uma série de providências visando o desenvolvimento sustentado do seguro agrícola em bases racionais e compatíveis com a realidade brasileira. Para atingir esse objetivo, não se pode esquecer de experiências passadas.

O primeiro marco para a introdução e o desenvolvimento do seguro agrícola no País deu-se em 1954, com a criação do Fundo de Estabilidade do Seguro Agrícola (Fesa), destinado a atender a cobertura complementar de riscos catastróficos. Com ele, as seguradoras podem recuperar anualmente os prejuízos suportados com essa modalidade de seguro. Naquele ano, foi criada a Companhia Nacional de Seguro Agrícola (CNSA), sociedade de economia mista responsável pelo desenvolvimento e promoção do seguro agrícola em todo território brasileiro.

Em 1964, o governo constatou as dificuldades na operacionalização do seguro agrícola, tendo em vista os riscos peculiares à atividade. O seguro agrícola é caro para o produtor rural, além de requerer grande especialização e qualificação por parte das seguradoras. Ou seja, para o bom desenvolvimento do seguro agrícola, é fundamental a **massificação** e a **pulverização**, necessárias a qualquer modalidade de seguro, principalmente em um ramo que depende de condições climáticas favoráveis para cada tipo de cultura.

Com a promulgação da “Lei dos Seguros”, em 1966, a CNSA foi extinta, passando o seguro agrário a fazer parte do Sistema Nacional de Seguros Privados e comercializado pelas seguradoras privadas.

De 1970 a 2000, pouco se fez para o desenvolvimento do seguro agrícola no Brasil. O governo atuou de maneira tímida e

poucas seguradoras operavam nesse ramo. A maior parte das empresas eram estatais, limitadas a poucas culturas e à Região Sudeste do País.

O governo, por meio do CNSP e da Superintendência de Seguros Privados (Susep), introduziu, em 2000, o aumento das fontes de receitas do Fundo de Estabilidade e as condições para participação das seguradoras no Fundo.

Em 2003, foi aprovada a subvenção ao prêmio do seguro agrícola, iniciativa que há muito tempo se fazia necessária, pois o alto custo do seguro era um dos maiores desestímulos para o produtor rural.

Desde então, o governo busca entrosar os órgãos governamentais e a iniciativa privada, destacando-se a atuação da Federação Nacional das Seguradoras (Fenaseg), da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e da Confederação Nacional dos Agricultores (CNA) na execução de soluções visando o desenvolvimento do seguro agrícola no Brasil.

Paralelamente a essa iniciativa, as entidades mencionadas têm se aprofundado no estudo de outros modelos de seguro agrícola, tais como o espanhol e o americano. Apesar de diferentes, ambos obtiveram êxito e hoje são referências para o mercado mundial. Eles mostram que o seguro agrícola é de interesse não só dos produtores, mas também do governo, e que o seu desenvolvimento em bases sustentáveis só é possível com a parceria entre as esferas pública e privada e com a adoção de programas de longo prazo.

Vale ressaltar que os programas citados contam com uma política de governo desenvolvida com a iniciativa privada (agricultores e seguradores), baseada em: capacidade de subscrição dos riscos; padronização das condições e das políticas de subscrição, por meio da pulverização e diversificação dos riscos e uniformização das operações das companhias; fixação e subvenção das taxas de risco; e criação de banco de dados único.

O desafio das entidades envolvidas é criar um sistema que seja eficiente e eficaz em termos de gestão, no atendimento das políticas de governo, e que também seja exequível para a iniciativa privada envolvida no segmento agrícola no Brasil. Para que haja sucesso nessa atividade é preciso a sinergia entre governo e a iniciativa privada. E o mercado percebe que as partes não estão medindo esforços para atingir esse objetivo.

*Wady J.M. Cury – Engenheiro Civil – Diretor Técnico da Aliança do Brasil e Presidente da Comissão de Seguro Rural da Fenaseg

GESTÃO

Regulamentação do Seguro

César da Rocha Neves*

O principal objetivo da política de seguros privados é promover a expansão do mercado de seguros e propiciar condições operacionais para sua integração no processo econômico e social do País.

O marco legal do seguro rural brasileiro é o Decreto-Lei 73, de 21 de novembro de 1966, regulador de todas as operações de seguros e resseguros no Brasil, que instituiu o Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR) e a isenção tributária irrestrita de quaisquer impostos ou tributos federais nas operações de seguro rural.

O FESR tem o objetivo de manter o equilíbrio operacional do seguro rural e garantir os riscos catastróficos; a isenção tributária concedida cumpre com a finalidade de desonerar o prêmio do seguro para o produtor.

O CNSP, por meio da Resolução CNSP 46, de 2001, define todas as regras operacionais do FESR, tais como habilitação, contribuição, recuperação, controle e fiscalização, e determina as modalidades pertencentes ao seguro rural.

A definição das modalidades que integram o seguro rural é muito importante porque essas são isentas de impostos federais, entre eles o IOF que, para os demais seguros de danos, é calculado aplicando-se a alíquota de 7% sobre o prêmio comercial.



Sumário das operações de seguro na safra 2004/2005

Modalidades	Prêmio (em R\$ mil)	Participação (em %)	Quantidade de seguradoras	Sinistros (em R\$ mil)	Índice de Sinistralidade (sinistros/prêmio)
Agrícola com FESR	13.922	4,8	1	44.401	3,2
Agrícola sem FESR	23.098	8,0	5	34.063	1,5
Pecuário	655	0,2	2	160	0,2
Florestas	3.611	1,2	8	612	0,2
Penhor rural	214.125	73,8	12	31.319	0,1
Benfeitorias e produtos agropecuários	27.909	9,6	10	12.337	0,4
CPR	6.941	2,4	2	50.329	7,3
Vida do produtor	0	-	-	0	
Aquícola	0	-	-	0	
Total	290.261	100,0	40	173.221	0,6

Fonte: Susep

Fixação da política Conselho Nacional de Seguros Privados

A fixação da política referente ao seguro agrícola cabe ao Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), composto por representantes dos ministérios da Fazenda, da Justiça, da Previdência e da Assistência Social, além do Banco Central do Brasil (Bacen) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A presidência é exercida pelo Superintendente da Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Execução da política Superintendência de Seguros Privados

A Susep, entidade autárquica, jurisdicionada ao Ministério da Fazenda, dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, também é responsável pela execução da política

O ramo de seguros rurais divide-se nas seguintes modalidades: agrícola, pecuária, aquícola, florestal, penhor rural, benfeitorias e produtos agropecuários, seguro de vida do produtor rural e seguro Cédula de Produto Rural (CPR).

O seguro agrícola, o mais importante das modalidades de seguro rural, é ainda incipiente no Brasil, com um total de prêmios

arrecadados correspondente a apenas 0,1% do volume de prêmios do mercado de seguro no Brasil. Além disso, somente cinco seguradoras operam na modalidade agrícola, sendo duas seguradoras responsáveis por 86% dos prêmios dessa modalidade.

Para que o seguro agrícola seja a principal ferramenta de gerenciamento de risco por parte do produtor rural, em trabalho coordenado pelo MAPA no Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural (CGSR), envolvendo também o Ministério da Fazenda, Banco Central, e IRB-Brasil Re, a Susep propôs a regulamentação da subvenção ao prêmio do seguro rural.

Em parceria com o IRB, atualmente responsável pela gestão do FESR, foi elaborado um projeto de lei considerado crucial para o desenvolvimento do seguro agrícola. A idéia é mudar a natureza do Fundo para que ele garanta apenas eventos catastróficos e proponha novas fontes de contribuição. A curto prazo, para amenizar alguns problemas operacionais existentes no FESR, propusemos ao CNSP a revisão da Resolução CNSP 46/2001.

As modalidades com maior desenvolvimento são aquelas que cobrem, respectivamente, os bens dados e os que não são dados em garantia de operações de crédito rural.

Como é fundamental o papel de regulador de seguros para o desenvolvimento do mercado, esperamos trabalhar em conjunto com os atores do mercado, observadas as necessidades e obrigações de cada um.

*Coordenador da Detec/Geesa, gerência responsável pelo seguro rural na Susep (Superintendência de Seguros Privados)

PESQUISA

0 que os produtores esperam

*Getúlio Pernambuco**

Na pesquisa realizada pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) para o Plano Agrícola e Pecuário 2004/2005, que consultou 3.160 produtores de todo o Brasil, o seguro rural foi apontado como o terceiro principal instrumento da política agrícola, em termos de importância, atrás apenas do crédito e dos preços mínimos.

O resultado da pesquisa revela que 71% dos produtores pesquisados têm a intenção de contratar o seguro agrícola, caso haja subvenção do prêmio pelo governo. Os principais produtos para

a contratação do seguro agrícola, por ordem de prioridade, são: soja, milho da safra de verão, milho safrinha, pecuária, trigo, feijão e algodão.

A aprovação de R\$ 10 milhões para subvenção ao prêmio do seguro agrícola na safra 2005/06 permite a cobertura máxima de 0,06% da área a ser plantada. Esse cálculo considera a despesa de custeio, a área plantada e o prêmio médio de 6%, com uma subvenção média de 32% do prêmio, da safra de grãos e fibras.

Perdas

Na safra 2005/2006, por problemas climáticos e com a ferrugem asiática, os produtores de soja tiveram prejuízo estimado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) em R\$ 10 bilhões. Do montante destinado à subvenção do prêmio do seguro agrícola, parcela expressiva de produtores e da produção ficou descoberta, sujeito ao mesmo prejuízo ocorrido na safra 2004/05.

Aprovado pela Lei nº 10.823, de 19/12/03, a subvenção ao prêmio do seguro rural teve as primeiras experiências em 2004. A burocracia e a modalidade de leilão de subsídios para as seguradoras tornaram o sistema inoperante. O novo sistema adotado em 2005, mais simples e adaptado à realidade de um mercado securitário altamente regulamentado, tem todas as condições de funcionamento, mas os recursos não são suficientes para viabilizar o seguro rural.

A aprovação da subvenção ao seguro rural nasceu da constatação de que a ausência desse instrumento é uma das causas do endividamento rural. No Brasil, por falta de seguro rural, as per-

das de produção por problemas climáticos e ataque de doenças e pragas são integralmente absorvidas pelos produtores.

Na modalidade de subvenção do prêmio pelo governo, o produtor rural escolhe a seguradora habilitada para receber a subvenção do prêmio, que encaminhará o pedido ao MAPA, responsável pela análise e consulta sobre a situação de adimplência do produtor rural no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do setor público federal (Cadin). O seguro agrícola cobrirá os danos causados às lavouras por eventos climáticos incontroláveis ou doenças e pragas sem método difundido de combate, controle ou profilaxia, nas modalidades aprovadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda.

As normas aprovadas pelo Conselho Gestor do Seguro Rural possibilitam que o produtor tenha um máximo de subvenção por ano, caso faça uma cultura de verão, uma de inverno e mais o cultivo de uva ou maçã. As diversas modalidades de seguro não cobrem integralmente o custeio, mas apenas um percentual. Nesse caso, o prêmio do seguro é menor e amplia a área coberta, porém o valor da indenização será insuficiente para o replantio integral da cultura em caso de sinistro.

Mais cobertura

O baixo valor do limite por produtor para subsidiar o prêmio fez com que esse programa pudesse conviver com outros estaduais ou mesmo com o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro). O produtor poderá contratar seguro rural na modalidade agrícola, com subvenção econômica federal ao prêmio para a mesma cultura beneficiária de subvenção ao prêmio de programas estaduais ou enquadrados no Proagro, desde que as lavouras sejam implantadas em áreas diferentes e mediante a contratação de apólices ou certificados de seguro distintas. Essa prática permite a ampliação da cobertura do seguro rural.

As regras atuais irão subsidiar o produtor mais bem informado e com alguma experiência na contratação de seguro. Aquele que protocolar o seu pedido mais rapidamente terá mais chance de ser contemplado com a subvenção ao prêmio.

O potencial da importância segurada para a safra de grãos e fibras é de R\$ 55,6 bilhões, o que gera um potencial de prêmio de R\$ 3,3 bilhões, caso se utilize um prêmio médio de 6%. Se incluir os demais produtos agrícolas, o valor potencial da importância segurada sobe para R\$ 102,3 bilhões, com um prêmio potencial de R\$ 6,1 bilhões.

O seguro rural no Brasil, embora com particularidades próprias, foi inspirado nos modelos da Espanha e do México, com larga experiência no segmento. É importante assegurar o seu funcionamento. Com a sua desburocratização, o aumento do valor destinado à subvenção possibilitará a participação de maior quantidade de produtores e de seguradoras.



*Chefe do Departamento Econômico da Confederação Nacional da Agricultura e da Pecuária do Brasil (CNA)

MUNDO

Experiências internacionais: modelos de sucesso



Países como Estados Unidos e Espanha possuem um sistema de seguro desenvolvido com forte participação de seus governos. Nesses locais é ofertada uma gama maior de tipos de seguro, ao contrário do que acontece no Brasil.

Tanto nos EUA como na Espanha, os programas de seguros são mantidos por estatais – a Risk Management Agency (RMA), nos Estados Unidos e a Entidade Estatal de Seguros Agrários (Enesa), na Espanha. Ambas trabalham com seguradoras privadas, sendo que a Enesa conta com a participação de associações de produtores. O México reúne também o conhecimento e o interesse dos órgãos financiadores.

Esses países consideram o subsídio um dos instrumentos modernos de política agrícola e imprescindível à atividade do produtor rural. Quanto mais produtores puderem usufruir do subsídio tanto maior será a agregação de novas tecnologias.

Órgãos como a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) apóiam a política de seguro agrícola para os países em desenvolvimento. O seguro agrícola garante práticas avançadas de cultivo e de rendimento contínuo. Em países que possuem um registro adequado e confiável de informações sobre a produtividade por um longo período, dez anos em média, tanto os pequenos quanto os grandes produtores podem contar com um seguro de garantia de renda.

À medida que a atividade agrícola cresceu nesses países, diversos ajustes foram feitos para tornar os programas menos deficientes e sustentáveis a médio e longo prazos. Para que isso

fosse conquistado nos Estados Unidos, o governo subsidiou parte das despesas administrativas das seguradoras privadas, o que explica os altos recursos colocados à disposição no orçamento da União para a RMA e Federal Crop Insurance Corporation (FCIC), de cerca de U\$ 71 milhões em 2003.

Na busca pela auto-suficiência, os EUA, Espanha e alguns países da América Latina, notadamente o Chile, aprovaram leis que garantiam a Subvenção ao Prêmio de Seguro Rural.

Nos Estados Unidos, dependendo do tipo de cobertura ou cultura, sejam as de múltiplo risco ou não, os subsídios giravam em torno de 30% a 50%. Na Espanha, dependendo também da escolha do produtor, os subsídios variam entre 50 a 80%, incluindo catástrofes. No Chile, o subsídio pode chegar a 80%.

No México, houve a privatização do seguro rural a partir da década de 1990.

O seguro agrícola nesses países estão adequando-se constantemente às condições de demanda, seja por novos produtos ou não. Existe uma forte concorrência entre as seguradoras, que muitas vezes vendem o mesmo produto. Na Espanha, por exemplo, é possível contratar um seguro pelo mesmo preço e com as mesmas coberturas, mas a seguradora que oferecer melhor atendimento e possuir maior capilaridade tem uma vantagem considerável.

O número de corretores de seguros especializados é alto, cerca de 27 mil nos EUA. Eles trabalham de forma independente, são comissionados, recebem parte do prêmio pago por contrato e podem estar ligados a mais de uma seguradora.